

## AS FAMÍLIAS TRADICIONAIS EM LUZIÂNIA/GO: IMPACTOS HISTÓRICOS E URBANOS NA CONFIGURAÇÃO DO MUNICÍPIO

**Victor Vieira da Rocha<sup>1</sup>**  
**Reinaldo de Lima Reis Júnior<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>IFG/ Campus Luziânia/ Técnico Integrado em Mecânica – PIBIC-EM/CNPQ, rocha2395@gmail.com

<sup>2</sup>IFG/ Campus Luziânia/ Departamento de Áreas Acadêmicas, reinaldo.lreis@uol.com.br

### Resumo

A pesquisa realizada como Iniciação Científica, analisou o poder local por meio da reconstrução da trajetória das famílias que compõem a elite política da cidade de Luziânia (Roriz, Meireles, Melo e Braz de Queiroz), visando compreender as suas origens sociais em meandros do século XX, quem foram os seus grandes nomes na política local a partir das fontes da Prefeitura e Câmara dos Vereadores, qual o domínio dessas famílias no poder político durante as suas trajetórias (as diferenças e as semelhanças entre os políticos atuais e os coronéis) e também, analisar as estratégias e recursos políticos que utilizam e utilizaram para manterem-se no poder (sistema de trocas de favores, compras de votos, currais eleitorais). A pesquisa pretende contribuir para a compreensão do poder local e das práticas políticas utilizadas, realizar o levantamento de fontes sobre a cidade e sobre o poder político em pequenos municípios, considerando a pequena produção acadêmica sobre ambas. Desdobrando-se em analisar o conceito de coronelismo, as variações deste conceito, distingui-lo de mandonismo e clientelismo, compreender como o coronelismo influenciou os políticos de Luziânia e como ocorre a prática do clientelismo; e ainda a análise da cultura política da população (famílias tradicionais, coronelismo, trocas de favores, corrupção).

**Palavras-chaves:** Política local. Elites políticas. Famílias tradicionais. Coronelismo. Clientelismo.

### 1. INTRODUÇÃO

O município de Luziânia está localizado a 60 km de Brasília, fazendo parte da região metropolitana do Distrito Federal (conhecido como Entorno). Ela completou 267 anos em 2013, e sua história foi marcada principalmente pela escravidão e extração de ouro, que fez dela uma das maiores cidades da região no século XVIII (marcas desse período ainda podem ser encontradas na cidade, como a Igreja do Rosário e alguns casarões coloniais), após o declínio da mineração muitas famílias partiram para a zona rural da cidade, e após isto, a sua economia começou a ter como base a agropecuária e a agricultura, tornando assim propícia a ascensão do coronelismo na cidade. Para Leal (1975):

<sup>1</sup> Estudante do curso Técnico Integrado em Química do Instituto Federal de Goiás, bolsista de iniciação científica PIBIC-EM/CNPQ.

<sup>2</sup> Professor do Instituto Federal de Goiás.

*O coronelismo é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil. (idem. 1975, p.40).*

Na década de 60 com a construção de Brasília e de importantes rodovias como as BR-040 e BR-050, Luziânia passou por grandes transformações, seu contingente populacional aumentou vertiginosamente por causa do grande fluxo imigratório e começaram denominá-la como cidade-dormitório, pelo fato de que muitos apenas dormem em casa e trabalham ou estudam na Capital Federal. Apesar de tantas mudanças, a cidade mantém algumas tradições, como as festas religiosas e a cultura política.

Para Carvalho (2001) o clientelismo moderno é uma das heranças do coronelismo e prática comum no município de Luziânia.

*São inegáveis as drásticas mudanças econômicas e demográficas por que passou o país desde 1950. Mas algumas coisas não mudaram tanto. Não mudaram a pobreza, a desigualdade e, até recentemente, o nível educacional. [...] A pobreza e a baixa escolaridade mantêm a dependência de grande parte do eleitorado. O clientelismo tem aí terreno fértil em que vicejar. (idem. 2001, p. 04).*

A política na cidade é formada por famílias tradicionais que compõem uma elite, dentre elas, as mais conhecidas são: Roriz, Melo, Braz de Queiroz e Meireles. É muito comum ver nas eleições municipais membros dessas famílias, é importante rever as histórias dessas famílias tradicionais no cenário político, as relações com grupos econômicos e o motivo de após tantos anos elas continuarem no cenário político da cidade, é uma grande lacuna, pouco se sabe sobre a trajetória dessas famílias, que conduzem da política local.

Joaquim Roriz (membro de uma dessas famílias e maior figura política da cidade) foi nomeado pelo presidente José Sarney para ser governador do Distrito Federal em 1988, ele levou para Brasília o estilo de fazer política de Luziânia, utilizando práticas como a doação de terras públicas. Esta e outras práticas políticas clientelistas (compra de votos e troca de favores a pessoas e grupos) são comuns em Luziânia e são utilizadas pelos “novos coronéis” para se elegerem ou manterem-se no poder.

Neste sentido, o objetivo da pesquisa é analisar o poder político local, as práticas políticas e as relações com o coronelismo por meio da compreensão da trajetória das famílias que compõem a elite política da cidade. Partido primeiramente da compreensão da história de Luziânia, pois há uma grande dificuldade de acesso da população a documentos históricos, pelo fato de não ter um lugar específico para pesquisa, existe alguns lugares como, por exemplo, a Casa da Cultura do Município de Luziânia, porém o seu acervo é muito escasso.

Em um segundo ponto é analisar o conceito de coronelismo a partir de Leal (1949) e distingui-lo de outros “ismos” da política nacional. No livro “Coronelismo, enxada e voto” definiu o coronelismo:

*[...] como fenômeno comum em sociedades tradicionais, ruralizadas, onde há uma mistura do reconhecimento e o compromisso entre poder privado e poder público em favor de um indivíduo ou pequeno grupo de indivíduos, e este seria destruído quando o país fosse urbanizado, industrializado e o eleitorado rural se libertasse. (LEAL, 1975, p.40).*

Carvalho (2001) em seu texto “Metamorfose do coronel” relaciona este conceito de coronelismo de Leal (1949) ao clientelismo. Ele diz: “O clientelismo, isto é, a troca de favores com o uso de bens públicos, sobretudo empregos, tornou-se moeda de troca do coronelismo. Em sua forma extrema o clientelismo virava nepotismo.” (CARVALHO 2001, p. 2).

Este clientelismo demonstrado por Carvalho (2001) é o tradicional, pois servia de elemento de ligação entre o poder e a sociedade civil, a quem dispensava proteção e ajuda em troca do consenso eleitoral. Atualmente há um clientelismo moderno, que compromete colocar os políticos de profissão acima dos cidadãos, oferecendo em troca da legitimação e apoio, acesso a cargos e empregos públicos, financiamentos, autorizações etc.

O terceiro objetivo específico é compreender como o coronelismo influenciou e influencia o poder político de Luziânia e como estas famílias permanecem no poder, principalmente pela compreensão das práticas políticas utilizadas. Na compreensão da trajetória dessas famílias, não abarcamos apenas o campo da política, mas também as suas histórias e origens, e a sua relação com o campo econômico e cultural.

As fontes rastream principalment e os cargos políticos (prefeitos, vereadores e secretários) exercidos pelos membros das famílias tradicionais (descobrir quem foram os grandes nomes dessas famílias no cenário político local, domínio delas sobre o poder político em suas trajetórias, as diferenças e semelhanças entre os chefes políticos atuais e os do passado), as relações com grupos econômicos as suas profissões, negócios e propriedades (relação entre o poder econômico e o poder político), as suas origens sociais. Portanto, foram utilizados principalmente documentos da Prefeitura e Câmara dos Vereadores de Luziânia e alguns poucos documentos escritos, como jornais antigos e livros na Casa da Cultura de Luziânia e livros de autores regionais, que são na maioria membros dessas famílias (prova de que elas buscam enaltecer suas histórias vinculando com o tradicionalismo da cidade).

## **2. HISTÓRIA DE SANTA LUZIA OU DE SUA ELITE?**

*Antônio Bueno de Azevedo em 1746 partiu de Paracatu/MG junto a sua grande tropa em busca de novas minas rumo a noroeste, até alcançar o Rio São Bartolomeu, onde construiu roças e alguns ranchos. Três meses mais tarde, seguiu viagem, rumo oeste, aportando em 1746, às margens do Rio Vermelho, nome decorrente da cor que adquiriu durante as atividades de extração do ouro, abundante em seu leito. Satisfeitos com os vales férteis e auríferos do Planalto, ali o acamparam, construíram as primeiras residências e erigiram a cruz, em nome de Santa Luzia, marco da povoação que nascia sob a proteção da Santa. (MEIRELES, 1996, p. 26)*

É assim que autores regionais como Meireles (1996), descrevem a história de Luziânia, quinta maior cidade do estado de Goiás, com uma população estimada em 190 mil habitantes e

mais conhecida por fazer parte da região do entorno do Distrito Federal, devido à sua proximidade com a Capital Federal – aproximadamente 58 km.

Esse tipo de narrativa reproduzida nos documentos locais apresenta uma forma teatralizada, que tem como objetivo não apenas contar a história do surgimento do município, mas principalmente o objetivo de valorizar a riqueza natural da cidade e os eventos do passado. A maioria dos autores regionais, não por coincidência, são membros das famílias que formam a elite política da cidade e herdeiras das tradições colonizadoras.

É importante então, destacar a tendência desses documentos regionais em respaldar os valores culturais, logo também, de valorizar as famílias tradicionais da cidade que são o foco da pesquisa. Muitas vezes, partes da história não são lembradas por esse motivo, como por exemplo, os tempos de crise pós-mineração em Santa Luzia. Por isso, neste capítulo, não se pode deixar de compreender a importância dos documentos e sua análise para uma pesquisa histórica, e lembrar este declínio da mineração, que foi de extrema importância na definição de valores culturais e políticos que são comuns até hoje.

## 2.1 O que é documento?

Jacques Le Goff (2003) em “História e Memória” faz uma análise dos materiais da memória coletiva e da história: os documentos e os monumentos. O monumento é uma herança do passado, ou seja, é tudo aquilo que pode evocar o passado e perpetuar a recordação, voluntária ou involuntariamente. Já o documento é uma escolha efetuada pelos que se dedicam à ciência do passado, os historiadores. Porém a palavra documento ganhou com o tempo significados e utilidades diferentes.

No século XVII, por exemplo, o termo ganhou significado de “prova” no vocabulário legislativo, e no século XIX ganhou o significado de “papel justificativo” no domínio policial. No final do século XIX e início do XX, os positivistas fizeram do documento o fundamento do fato histórico, apesar de ser uma escolha do historiador, o documento apresentava por si mesmo como prova histórica. A partir de então, a história só podia ser feita pelo documento, e os fatos não documentados se perderiam. Como essa concepção de documento não se modificava, o seu conteúdo se ampliava.

Os fundadores da revista dos Annales foram os primeiros a defenderem esta ampliação da noção de documento. Eles defendiam a utilização de documentos oficiais, porém quando estes não existirem, deve-se buscar outras fontes. Por isso, Samaran (1961) em *L'histoire et ses méthodes* desenvolve uma nova noção de documento: “Há que tomar a palavra documento no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira” (SAMARAN, 1961, p. 12).

Os mesmos fundadores dos Annales deram início a uma crítica à noção de documento. Eles criticavam o fato de os historiadores ficarem passivos perante os documentos e buscavam uma discussão sobre o documento enquanto tal. Buscaram novas relações entre documentos e monumentos. Através da distinção entre monumentos linguísticos e simples documentos, alguns

chegaram à conclusão de que o documento pode ser monumento, que pode haver oralidades no monumento e que a utilização dos documentos pelo poder é o que os transforma em monumento.

Esta concepção do documento/monumento é “independente da revolução documental, e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento enquanto monumento.” (GOFF, 2003, p. 535).

Pelas análises, Le Goff (2003) conclui que “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.” (GOFF, 2003, p. 536).

## 2.2 Declínio da mineração: uma história não contada.

Antônio Bueno de Azevedo ao encontrar ouro no Rio Vermelho solicitou guardamoria à Capitania de São Paulo, que lhe dava a administração e a repartição de lavras. Após isso, em poucos meses muitas casas, fazendas e povoados foram formadas na região. Grandes obras foram feitas para a mineração do ouro, como o canal Saia Velha. Este canal foi utilizado para abastecer as lavras de ouro na região e ficou conhecido em todo o país por sua dimensão - possuía mais de 42 km de extensão.

O período de maior produtividade em minas do Arraial de Santa Luzia foi em meados do século XVIII, que não se diferenciou do restante da região. Uma grande quantidade de escravos foram destinados à prospecção do ouro e isso mostra o quanto era o tamanho da procura pelo metal neste período. Meireles (1996) novamente exalta essa grande quantidade de escravos e o crescimento que o arraial obteve com a mineração:

<i>Assim, não é exagero estimar em 1000 o número de escravos nas minas de Santa Luzia, os quais, produzindo, 150 gramas/ano cada um, fariam coincidir os cálculos de 10 arrobas/ano, de produção, o que foi suficiente para segurar a população, garantir a prosperidade e desenvolvimento do lugar e tornar definitiva e próspera a fundação de Santa Luzia [...] (MEIRELES, 1996, p.35-36)</i>
--

O povoado, as minas e o grande rego Saia Velha são demonstrações claras de como o território era utilizado de acordo com perspectivas sociais e econômicas da mineração daquele período. Essas transformações do espaço natural foram levadas também para a organização da sociedade que povoou o Arraial de Santa Luzia e muitas dessas características ainda são visíveis no cotidiano de Luziânia, como nas formas urbanas e rurais do município, nas relações entre as pessoas, principalmente nas relações de poder.

O ciclo do ouro foi efêmero em todo o Brasil Central e em Santa Luzia isso não foi exceção, a prática da mineração teve fim em aproximadamente 1800 e após isto, o arraial passou por um longo século de ostracismo e um grande recuo do contingente populacional. A agricultura e a pecuária foram as medidas adotadas pela população das zonas urbana e rural de Santa Luzia

para substituir a mineração. A agricultura neste período foi uma atividade de suporte a regiões onde antes localizavam-se as minas, já a pecuária obteve um mercado maior, principalmente por causa da grande comercialização com Minas Gerais e São Paulo. O surgimento dessas duas atividades foram de extrema importância para a formação das relações de poder no município e que veremos isso com mais detalhes adiante.

*O “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil (LEAL, 1949, p.40)*

Outra prática que surgiu neste período foi a produção da famosa marmelada de Santa Luzia, que ainda hoje é identificado com a cultura da cidade e é um dos poucos fatos deste período de transição econômica que é lembrado pelos autores regionais.

*Das pequenas indústrias artesanais, a fabricação da marmelada tornou-se tradicional e famosa desde o início e foi-se impondo no mercado, malgrado os obstáculos consequentes da escassez de transporte. Ainda hoje é símbolo que identifica Santa Luzia em quase todo o País. (MEIRELES, 1996, p. 36-37)*

É possível encarar a produção da marmelada como um exemplo da falta de atividades econômicas de grande potencial em Santa Luzia durante o século XIX, causadas principalmente pelo fim do ciclo do ouro e pelas atitudes ineficientes do Estado em auxiliar na transição de um sistema econômico para outro.

### 3. CORONELISMO

O coronelismo foi objeto de estudo de diversas análises interpretativas e estudos de casos, possuindo assim uma ampla bibliografia. Neste capítulo, procura-se interpretar como alguns dos diversos autores que fizeram esses estudos, definiram este fenômeno e entender outros conceitos significativos para a sua compreensão, como os de elites políticas, estamento burocrático, mandonismo e o fenômeno do clientelismo moderno, que é muitas vezes confundido como um novo coronelismo.

#### 3.1. Elites políticas e estamento burocrático.

A análise das sociedades e as classes a que a pertencem são de extrema importância para entender como foram e são as relações entre elas. Segundo Faoro (1975) em “Os donos do Poder”, em todas as sociedades sempre houve uma minoria dominante, podendo ser uma elite, que necessita do apoio dos cidadãos, apesar de nunca ser fiel à maioria, ela depende dessa sociedade que representa. Faoro (1995) expõe outras formas de minorias dominantes, os estamentos burocráticos, que são classes que não se renovam e se movem com as variações sociais como a elite, suas estruturas são condicionadas principalmente pelas forças sociais e econômicas, elas são uma das estratificações aristocráticas, com privilégios e posições definidas pelo Estado acima da nação.

O estamento burocrático age como comunidade e dispõe do monopólio do domínio das classes que são condicionadas pelo estamento, são elas que comandam a nação e regulam a economia. Nos primeiros tempos da república brasileira, o estamento burocrático assumiu uma forma aristocrática, composta da nobreza togada e titulada, após a vitória dos ideais democráticos<sup>3</sup>, este passou por algumas mudanças, sendo representado por militares e altos funcionários do governo, o domínio sobre as outras classes continuou, mas com algumas alterações. O exercício da proteção administrativa era feito pelos altos funcionários do governo e não pelos políticos eleitos.

De acordo com Faoro, (1995) o estado patrimonial-estamental, o poder está apropriado pelo poder minoritário, esta minoria não age como delegação do povo, ou seja, não obedece à doutrina democrática. A nação busca emancipar-se desta minoria, com o objetivo de policiar, controlar e vigiar os poderes do Estado. Essa apropriação do povo sobre as instituições governamentais pode ocorrer por três processos: A nacionalização das instituições governamentais e do poder pessoal político e governamental; ou a participação do poder majoritário nas operações do poder minoritário; e a organização da confiança pelo poder majoritário.

Para que estes processos funcionem é preciso que a cultura da população mude, a nacionalização das instituições governamentais só seria possível se a população majoritária conhecesse o mecanismo do governo e se os cargos públicos fossem disponíveis a todos, sem que esse preenchimento se desse pela clientela da classe minoritária dirigente. A participação do poder majoritário nas operações do poder minoritário só iria ocorrer com a verdadeira representação nacional através de eleições livres, sem o controle das classes dirigentes. E ainda pode-se ver isso na sociedade atual através de práticas como o clientelismo moderno, que será analisado à frente.

### **3.2. A evolução do coronel**

Victor Nunes Leal (1949), em seu livro “Coronelismo, enxada e voto”, definiu coronelismo como “fenômeno comum em sociedades tradicionais, ruralizadas, onde há uma mistura do reconhecimento e o compromisso entre poder privado e poder público em favor de um indivíduo ou pequeno grupo de indivíduos, e este seria destruído quando o país fosse urbanizado, industrializado e o eleitorado rural se libertasse.” Carvalho (2001), em seu texto *Metamorfoses do Coronel*, mostra todas as fases do coronelismo: o mandonista, o coronelista da primeira república exemplificado por Leal (1949) e o clientelista moderno.

A primeira fase do coronelismo foi denominada por Carvalho (2001) como mandonista, pois o coronel era o homem bom, o mandão, o grande senhor de terras e escravos. Toda uma sociedade dependia dele, do seu poder e de sua proteção, ele controlava tudo, a política, o trabalho, a polícia e a justiça. Assim em torno do poder coronelista havia uma rede que se esvai

---

<sup>3</sup> De acordo com Bobbio (2000), em Schumpeter, a noção de democracia está subsumida à existência da decisão através de voto popular e havendo vários grupos em concorrência pela conquista do poder do Estado. Entretanto os ideais democráticos aqui dispostos estão na ampliação dos grupos que passam a participar do jogo político, sem contudo, significar uma ruptura com a estrutura anterior.

pelo poder privado, econômico, de formas de trabalho, das regras em torno desse trabalho, as famílias, mas também se estende pelo poder público, da participação política, na criação e mudanças das leis, da administração política local, da segurança e do uso legítimo da violência com a polícia e do exercício do direito, através da justiça.

Ou seja, mesmo que o poder central nacional tentasse fazer valer o seu exercício do poder, mesmo devido às características do território, muito extenso, com dificuldade de comunicação, o governo não tinha tantos braços para administrar todo o território que acabava dando a estes chefes locais suas tarefas governamentais.

Quando proclamada a República do Brasil, estes homens poderosos se tornaram verdadeiramente coronéis. O governo criou a Guarda Nacional para colocar a manutenção da ordem nas mãos dos que tinham o que perder. Eram escolhidos homens de 21 a 60 anos com renda acima de 200 mil-réis, logo o chefe local virava coronel. Esta Guarda foi um mecanismo encontrado pelo governo para unir poder público e privado. Com o tempo, a Guarda deixou de ser um instrumento de segurança para se tornar político-eleitoral, e com isso o coronel se tornou chefe político. Para manter sua posição política, o coronel “criou o voto de defunto, o fósforo, que votava várias vezes, o capanga que espantava o opositor, o curral, o bico-de- pena.” (CARVALHO 2001, p. 2).

A federação de 1891 fez o coronel ainda mais forte, pois o governador eleito dependia mais dele do que o ministro da justiça. Com isso foi criada uma interrelação entre governador, coronel e presidente da república. “O clientelismo, isto é, a troca de favores com o uso de bens públicos, sobretudo empregos, tornou-se moeda de troca do coronelismo. Em sua forma extrema o clientelismo virava nepotismo.” (CARVALHO 2001, p. 2).

A disputa política que marcou a história do Brasil durante todo o século XIX e o primeiro quarto do século XX, entre poder local e poder central, tem sua ruptura como fenômeno do coronelismo em 1930, “mais precisamente com a prisão do governador gaúcho Flores da Cunha, em 1937”. (CARVALHO 2001, p. 3) O centralismo do estado-novo destruiu o federalismo e consequentemente diminuiu os poderes dos coronéis. Mas esses coronéis não desapareceram, surgiram políticos, que ainda vivem dos valores e traços dos coronéis. Um dos fatores que sustentava os coronéis da primeira república era a dependência econômica e social da população, que era maioria pobre e analfabeta. Por isso, Leal (1949), “previa o fim do coronelismo e do coronel quando o país se industrializasse e urbanizasse, as eleições moralizassem, o cidadão se emancipasse” (CARVALHO 2001, p. 4).

O Brasil sofreu drásticas mudanças a partir de 1946, com a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, com a volta do federalismo e com uma política de estado voltada para o nacional-desenvolvimentismo. O país urbanizou-se, industrializou-se, o direito do voto se estendeu e a justiça eleitoral acabou com as fraudes. Apesar de todas essas mudanças, algumas coisas não mudaram tanto, como a desigualdade, a pobreza e a educação. Estes são fatores que aumentam a prática do clientelismo. Assim, embora possa parecer que a prática do clientelismo tenha como sua sustentação estruturas sociais atrasadas, mesmo no processo de urbanização do



país, o que se vê, é o permanente tensionamento entre poder local e ausência de poder central, dando vazão para a reprodução do fenômeno do clientelismo.

### 3.3. Coronelismo em Goiás

Como já foi visto, a pecuária e a agricultura foram as grandes atividades econômicas exercidas em Santa Luzia e em todo o estado de Goiás após o declínio da mineração, porém essas atividades passaram por muitas dificuldades e precariedades, principalmente pelo fato da centralidade do estado, que dificultava a exportação e que fez também com que Goiás ficasse isolado do restante do país. Além disso, a população goiana vivia pela agricultura de subsistência e a maior parte dela era semianalfabeta, esses dois fatores deu margem à ditadura do coronel. Era já de se esperar o poder centralizado dos coronéis em Goiás, pois estes detinham o conhecimento e o poder no estado, e havia também a ignorância da população, que foi e sempre será uma grande forma de dominação.

Esse isolamento do estado de Goiás fez com que o poder central deixasse que todos os problemas internos fossem resolvidos por aqui mesmo. Essa autonomia fez com que três grandes famílias, que detinham muito poder econômico, detivessem também poder político. As famílias Bulhões, Xavier de Almeida e Caiado dominaram o estado durante três oligarquias formadas durante a República Velha, sendo esta última a que mais estruturou o seu domínio. Diferente dos coronéis de outros estados, como Bahia e Ceará, os Caiados não estruturaram seu domínio pela prepotência, mas por uma grande engenharia política, em que peça maior era o Partido Democrata, que era único no estado e, que por meio de sua comissão no executivo, garantia o recrutamento político de coronéis aliados do interior do Estado.

Palacin (2008) em “História de Goiás” faz um resumo de como era a geografia do estado em 1927, período em que o estado estava sob domínio dos Caiados:

*O Orçamento era fortemente manipulado pelo grupo dominante, o gado era a principal fonte de arrecadação, devido às vastas terras em Goiás, com isso os postos de arrecadação eram entregues ao controle dos fazendeiros, já que o imposto sobre a terra não seguia a lista dos mais importantes, era o sexto na ordem de importância, mesmo tendo uma baixa arrecadação devido ao fato de não haver o que se arrecadar na época, não havia preocupação com gastos em setores sociais, educação ou saúde pública, o produto principal era o gado, contudo o não investimento em estradas, propositalmente, acarretaria na impossibilidade de desenvolvimento da agricultura por falta do escoamento da produção. (PALACIN, pag. 137).*

A manipulação do orçamento do estado fez com que, ao não favorecer investimentos em políticas públicas, tais como saúde, educação e construção de ferrovias, mantivessem o atraso da população e conseqüentemente um maior controle e a continuação da dominação do estado por estas famílias, tal como Francisco Itami Campos (2006) disse em Coronelismo em Goiás, “Entre o progresso de Goiás e a hegemonia do grupo, não vacilavam em optar pelo segundo.” (CAMPOS, 2003, p. 75).

Campos (2003) constata em seu livro, de maneira objetiva a partir de dados socioeconômicos, que o atraso é sim uma ação estratégia dos coronéis.

*A partir das críticas feitas aos principais líderes da política estadual que conscientemente procuravam manter o atraso e o subdesenvolvimento, com a finalidade de não perder o domínio político de Goiás, é que afirmo que o atraso era uma forma de controle sociopolítico. (CAMPOS, 2003, p. 75)*

Desta maneira, não foi somente pela falta natural de recursos para financiar o desenvolvimento e a falta de apoio do poder central que todo o estado de Goiás se manteve pobre, isolado, e atrasado, mas principalmente, pela consciente barreira ao progresso que os principais chefes políticos estaduais e seus aliados de cada cidade formaram durante o período de dominação coronelística. No caso de Luziânia, a família Araújo Machado foi a que teve maior relação com os políticos estaduais no período da primeira república, porém hoje não tem tanto prestígio no cenário político atual como outras famílias.



**Figura 1 - Coronel Antônio Carneiro de Araújo Machado e família**

### **3.4. Outro foco de análise sobre o Coronelismo**

Ampliando a reflexão sobre a questão do coronelismo, trago outra abordagem e análise, que difere da de Leal (1949), que se aproxima da ideia apresentada por Carvalho (2001) e que ajuda a compreender se os políticos atuais podem ser ou não considerados coronéis.

*De um lado, a base infraestrutural (dimensão econômica): o proprietário de terras tem um poder econômico sobre o trabalhador a quem cede a posse da terra. De outro lado, o traço superestrutural que lhe corresponde (dimensão ideológica): a dependência pessoal, cujo fundamento é a cessão da posse da terra, exprime-se ideologicamente como obrigação subjetiva de lealdade para com o senhor da terra, ou, num nível mais diretamente político, como fidelidade ao chefe local. (SAES, 1998, p. 85).*

É assim que Saes (1998) em “Coronelismo e Estado burguês” define o coronelismo, mostrando duas características importantes para este: o aspecto econômico, no caso a

propriedade da terra e o aspecto ideológico, que é fidelidade do povo ao coronel. Ele distingue o coronel, que através de sua propriedade rural, possui uma dominação sobre um povo e assim manipula as eleições pela barganha eleitoral, que é uma prática política utilizada por políticos para manipular um povo. Nesta diferença de práticas de manipulação, Saes (1998) mostra que os atuais políticos não podem ser considerados coronéis.

Primeiro o autor demonstra que seria um erro interpretar o coronelismo sem a presença da propriedade latifundiária como base econômica dos coronéis.

*A existência do cabo eleitoral rural não nos deve fazer cair na tentação de, por um jogo de palavras, criarmos o coronelismo urbano: isto é, um coronelismo sem coronel, dotado de uma base social diferente da propriedade da terra, por exemplo, uma fábrica. Essa ideia esvazia e formaliza o conceito de coronelismo, ao abstrair a sua base social específica (relações de produção pré-capitalista no campo); ao mesmo tempo em que interpreta a personalização das relações sociais dentro de uma indústria e o estilo paternalista de direção empresarial (fenômenos extremamente modernos não só pela sua eficácia, como também pela sua concepção) como vestígios da forma de dominação tradicional, característica do campo. (SAES, 1998, p.95-96)*

E depois refere sobre a questão da violência como prática de manipulação eleitoral:

*Vê se, portanto, que o fundamento das práticas do coronelismo não é a violência, abstratamente concebida, exercida pelo coronel sobre os seus dependentes; e sim a dominação pessoal, que não exclui o emprego da violência dentro de certos limites, fixado pela própria necessidade de reprodução da dominação ideológica (de tipo pessoal). Em suma, nem a barganha, nem a violência podem substituir (ou coexistir com) a dominação pessoal como fundamento das práticas do coronelismo. (SAES, 1998, p. 97).*

Esse é um foco de análise diferente sobre o coronelismo, é comparado à prática clientelista de barganha eleitoral. Saes (1998) demonstra que onde há barganha eleitoral não deve haver o coronelismo, pois para que haja barganha eleitoral é preciso que a prática de dominação coronelística, no caso a presença de uma base econômica latifundiária pré-capitalista e a dependência dos funcionários ao coronel por causa desta, inexistam ou se desfça. Então, para Saes, (1998) pensar o coronelismo como algo atual é um erro, pois essas características do coronelismo inexistem, principalmente em Luziânia que após a construção de Brasília passou por diversas mudanças.

#### **4. FAMÍLIAS POLÍTICAS TRADICIONAIS**

A política em Luziânia se assemelha muito com o que era visto na capital de Goiás, pelo fato de ser formada por famílias tradicionais que compunham uma elite política, dentre essas famílias, as mais conhecidas são: Roriz, Meireles, Braz de Queiroz e Melo. Podemos até dizer que estas são os Bulhões e os Caiados de Santa Luzia/Luziânia.

Há grandes questões a serem respondidas sobre a presença dessas famílias no cenário político de Luziânia, e a primeira delas é como e quando estas chegaram e quem foram os precursores destas em Santa Luzia? Bertram (2011) em “História da terra e do homem no

Planalto Central” mostra parte da história de Santa Luzia e a origem de diversas famílias da região, incluindo estas que continuam como as “donas do poder político”:

*Nas duas décadas que se seguem à descoberta de Santa Luzia, continuou intenso o fluxo populacional de portugueses e de brasileiros de todos os quadrantes. Em 1750 chegaram diversas famílias do vale do Urucuia, lideradas pelo coronel Mateus Cardoso, de oligarquia fundadora do São Francisco. [...] De Paracatu sempre vieram mineradores para Luziânia, mas retenhamos aqui tão somente os que deitaram linhagens no Planalto brasileiro: os Pereira Dutra, os Cunha Telles, os Gonçalves Torres e, um tanto mais tardios, os Mello Álvares – do nosso cronista Joseph de Mello Álvares. [...] Família de expressão econômica e política é a dos Fernandes Roriz, de que diversas pessoas citam-se em Joseph de Mello, chegando ao longo do Século XVIII, até que por último apareça Gabriel Fernandes Roriz, em 1770, considerado por Gelmires Reis, o fundador da atual família Roriz. Havia, no Século XVIII, meia dúzia de povoados e lugares denominados “Roriz” no norte de Portugal.*

*Outra família luzianiense de expressão nos destinos da velha Santa Luzia é a dos Meirelles. Descendem do português José Gonçalves de Meirelles e de Ana Alves da Costa, que talvez já fosse goiana, pois os Alves são também uma estirpe fundadora com grandes ramificações na história genealógica do Planalto. Era o genearca José de Meirelles um dos maiores comerciantes das minas de Santa Luzia e faleceu durante uma viagem de negócios à Bahia. Dele descende José Dilermando Meirelles, o benemérito incentivador da cultura e das tradições luzianas nas últimas décadas do Século XX. Famílias outras de grande expressão no Século XIX luziano foram os Sardinha de Siqueira, os Braz de Queiroz, os Gomes Curado e os Araújo Mello. Os Sardinha de Siqueira e os Gomes Curado provinham de Pirenópolis, de velhos troncos fundadores de Meia Ponte. Sobre as demais famílias citadas pouco apuramos até o presente, nem tanto por falta de documentos, mas pelo escasso talento e disciplina do autor para com as ciências genealógicas. (BERTRAM, p. 124 e 125 – grifos meus).*

As principais famílias de Luziânia vieram em sua maioria no período da mineração do ouro. Como Bertram (2011) conta em seu livro, a família Roriz começou com a chegada de Gabriel Fernandes Roriz - natural da Freguesia Santa Maria de Corvilho, Bispado do Porto – em Santa Luzia no ano de 1770, com pouco tempo ele se tornou Comandante e Juíz Ordinário de Santa Luzia que era o maior cargo político no período, antes dele houve apenas dois Juízes Ordinários e o Guarda-mor e descobridor de Santa Luzia, Antônio Bueno de Azevedo. Gabriel Fernandes Roriz se casou com Joanna Telles de Mendonça e deixaram seis filhos, o mais velho que se chamava Tristão da Cunha Roriz se tornou Coronel da Guarda Nacional em Santa Luzia e passou a sua patente ao seu filho Joaquim Ignácio Mendonça Roriz, o famoso Coronel Quinzinho (Figura 2).



**Figura 2- Coronel Quinzinho Roriz**

A família Meirelles – que atualmente se escreve Meireles – tem uma origem parecida com a da família Roriz, que foi com a chegada do português José Gonçalves Meirelles a Santa Luzia. Como Bertram (2011) demonstra, o genearca da família Meirelles foi um dos maiores comerciantes das minas de Santa Luzia e faleceu durante uma viagem de negócios à Bahia, deixando esposa e seis filhos (Figura 3)



**Figura 3 – Sentada no centro D. Avelina Garcez de Mendonça e seus seis filhos.  
No momento da fotografia estava viúva do Coronel Manoel José da Costa Meirelles**

Aproximadamente em meados do século XIX, um casamento entre Euphrosina Alvez Meirelles, descendente direta de José Gonçalves Meirelles, e Laudimiro Adonirio Roriz, bisneto de Gabriel Fernandes Roriz, fez surgir uma das ramificações da família Roriz com maior influência na política local, e como veremos mais adiante, através da reconstrução da genealogia

desta, foi possível descobrir que o atual prefeito e o atual presidente da Câmara Municipal descendem desta união.

Bertram (2011) cita outras famílias de grande expressão no século XIX em Santa Luzia, entre elas estão as outras duas famílias escolhidas como foco para essa pesquisa, que são os Braz de Queiroz e os Araujo Mello - ramificação principal da atual família Melo. Ele escreve que em sua pesquisa não conseguiu encontrar como essas famílias chegaram a Santa Luzia, porém com a ajuda de livros como “A história das famílias Espírito Santo Serqueira e Braz de Queiroz” de Jader Braz de Queiroz (2006) e do livro “Genealogias de Santa Luzia” de Gelmires Reis (1929), foi possível descobrir como e quem foram os primeiros nomes dessas famílias no município.

Segundo Jader Braz de Queiroz (2006), a sua família teve início em Luziânia com a chegada de quatro irmãos, Aleixo, Miguel, João e Francisco Braz de Queiroz. Eles chegaram a Santa Luzia no ano de 1867 vindos da cidade mineira de Carmo do Paranaíba. No livro Genealogias de Gelmires Reis além dos nomes desses quatro irmãos, há também o nome do pai destes, que se chamava Braz Soares de Queiroz.

A árvore genealógica da atual família Melo tem como raiz um personagem curioso, Antônio Joaquim de Araújo Mello, que foi um religioso que chegou a Santa Luzia no ano de 1815 e deixou a batina para se casar com “a mais linda donzela da Vila de Santa Luzia, da família Roriz” (MELLO, 1996, p. 94).

#### **4.1. Início das eleições em Luziânia e o fim do coronelismo tradicional**

Leal (1975) no livro *Coronelismo, enxada e voto* conclui que o coronelismo “é um compromisso entre poder privado e poder público em favor de um indivíduo ou pequeno grupo de indivíduos, e este seria destruído quando o país fosse urbanizado, industrializado e o eleitorado rural se libertasse.” Nas décadas de 30 e 40 o Brasil passou por muitas mudanças, como a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, a volta do federalismo e uma política de estado voltada para o nacional-desenvolvimentismo. Por causa dessas mudanças, o país urbanizou-se, industrializou-se, o direito do voto se estendeu, e a justiça eleitoral acabou com as fraudes, pondo o coronelismo em xeque.

A industrialização e a urbanização na década de 40 ficaram mais restritas às cidades grandes, porém as modificações no sistema eleitoral chegaram a Luziânia e ao restante do país. O município passou pela sua primeira eleição no ano de 1947 definindo Abílio Rodrigues como primeiro prefeito e Oscar Braz de Queiroz, Benedito Roriz de Paiva, Alceu de Araújo Roriz, Heráclito Reis, José de Araújo Melo, José Carneiro Sobrinho e Saturnino Meireles como os primeiros vereadores de Luziânia. As grandes mudanças econômicas e demográficas ocorreram em Luziânia na década de 60, foi neste momento que o coronelismo acabou por completo no município, porém deixando algumas heranças, que como veremos no próximo capítulo, são de extrema importância para que as famílias tradicionais permanecessem no cenário político local.

##### **4.1.1. Principais nomes das famílias tradicionais após o início das eleições.**

De 1947 aos dias atuais, Luziânia passou por dezessete legislaturas, em todas elas estão

presentes pelo menos um membro das quatro famílias tradicionais e no executivo dos 26 mandatos, catorze são dessas famílias (contando apenas os que possuem os sobrenomes destas). Normalmente é na Câmara dos Vereadores que as portas da política se abrem, como a de Joaquim Domingos Roriz, que se tornou a maior figura política da cidade e que por isso trataremos de sua trajetória com maior minúcia no próximo capítulo.

A família Roriz é a que possui maior prestígio no cenário político de Luziânia, pois além de Joaquim Roriz, ela teve e ainda tem grandes nomes no legislativo e no executivo do município, formando uma lista extensa:

- Benedito Roriz de Paiva e Alceu de Araújo Roriz que foram representantes da família na primeira legislatura da Câmara Municipal no ano de 1947 e permaneceram em mais duas legislaturas. O primeiro foi eleito prefeito em 1955.
- Joaquim Ramos Roriz e Lucena Roriz foram eleitos na segunda legislatura da Câmara Municipal em 1952, sendo que o último é pai de Joaquim Domingos Roriz.
- Belarmino Roriz, Hélio Roriz, Leônidas Roriz e Joaquim Domingos Roriz foram todos eleitos no ano de 1963 como vereadores. Curiosamente, Joaquim Roriz nunca foi prefeito do município, mas Hélio Roriz foi prefeito por cinco meses em 2005 e em 2008, pois era vice-prefeito de Célio Silveira que teve que se afastar durante alguns meses nesses dois anos.
- Orlando Roriz foi eleito pela primeira vez como vereador em 1967 e foi prefeito de Luziânia entre 1983 e 1988, uma curiosidade é que ele é primo-irmão de Joaquim Roriz.
- José (Zequinha) Roriz Aguiar e Osman de Araújo Roriz foram eleitos como vereadores em 1971, o primeiro assumiu a prefeitura em virtude da licença do prefeito da época, Walter José Rodrigues, no período de 02/01/1978 a 14/12/1978, e em 1989 foi eleito para Prefeito da cidade.
- Gilmar Roriz Gonçalves, Nicanor Flores Roriz, Álvaro Murilo Reis Roriz – atual presidente da Câmara Municipal - Leonardo Roriz – filho de Orlando Roriz -, Humberto Lucena Roriz Solano, Edvan Roriz, Eliel Flores Roriz Júnior e Pedro Henrique Roriz Leite foram outros nomes da família Roriz que estiveram presentes na Câmara Municipal de Vereadores em Luziânia.

Outra família que sempre esteve presente na política local é a Braz de Queiroz, que se consolidou com o grande prestígio de Oscar Braz de Queiroz, mas comparado à família Roriz, teve poucos nomes no cenário político local, porém nomes de grande expressão.

- Oscar Braz de Queiroz foi eleito como vereador na primeira legislatura da Câmara Municipal no ano de 1947, sendo que foi também presidente desta até o ano de 1951. Também neste período ele substituiu algumas vezes o primeiro prefeito da cidade, Abílio Rodrigues, por causa de problemas de saúde e também pelo fato que não havia um vice-prefeito. Ele foi eleito prefeito de Luziânia por mais tres vezes, a primeira no ano de 1951, a segunda vez em 1961 e a terceira em 1970. Isso mostra que de 1947 à 1974 um homem e sua família esteve sempre a frente ou nos corredores do poder político do município.
- Jovelino Braz de Queiroz, Braz de Queiroz Brazuca, Euclides Braz de Queiroz, Hélio Rodrigues de Queiroz, Joaquim Braz de Queiroz, Jonas Braz Neto e Oscar Braz Júnior – filho de Oscar Braz de Queiroz - foram outros nomes dessa família que estiveram presentes na Câmara Municipal de Vereadores.
- Valcenor Braz de Queiroz, Edson Braz de Queiroz e Edimar Braz de Queiroz foram os últimos grandes nomes dessa família na política local. Os três já foram eleitos como vereadores e também já foram prefeitos do município. Valcenor foi eleito como prefeito em 1996 e hoje é Deputado Estadual. Edimar e Edson Braz de Queiroz são filhos de Euclides Braz de Queiroz, ambos assumiram a prefeitura por períodos curtos em virtude de afastamento dos prefeitos eleitos e serem os Presidentes da Câmara nestes períodos.

As famílias Meireles e Melo não tiveram muitos nomes de grande expressão na cidade como as outras duas, porém sempre estiveram presentes na política local, da primeira eleição até a que estgente.

- Saturnino Meireles e José de Araújo Melo foram os representantes destas famílias na primeira legislatura da Câmara Municipal em 1947.
- José Dilermando Meireles, Agenor Meireles, Itagiba Antônio Meireles, Ruy Barbosa Meireles, Liosório de Jesus Meireles, Afrânio Dimas Meireles, Cláudio Meireles, Nelson D'Aparecida Meireles foram outros nomes da família Meireles que foram eleitos como vereadores no município.
- Antônio Joaquim de Melo, Vasco do Rosário de Araújo Melo, Benedito de Araújo Melo, Carlos José dos Reis Melo, Luiz Fernando de Melo foram os membros dessa família que estiveram na Câmara Municipal, muito pouco comparado às outras famílias.
- Apesar de ter tido poucos nomes no cenário político, a família Melo tem um grande representante, que é Marcelo Melo, ele é filho de Vasco do Rosário de Araújo Melo e atualmente é Deputado Federal pelo Estado de Goiás.



## 5. CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA

A população de Luziânia vê a história dessa cidade marcada por símbolos e muito tradicionalismo na religião e na política, vê também uma economia baseada apenas na estrutura agrária e classes sociais bem distintas - definidas principalmente pelos sobrenomes das pessoas. Porém nas décadas de 50 e 60 algumas coisas mudaram, a construção de Brasília e de importantes rodovias próximas ao município, transformaram a cidade de interior em uma cidade com muitos atrativos econômicos e com grandes perspectivas de crescimento. Segundo pesquisas da Segplan (2010), atualmente o agronegócio já não tem o espaço e a importância na economia do município de Luziânia como antes, sendo que o setor industrial e principalmente o de serviços foram os que tiveram maior crescimento durante as últimas décadas - hoje estes setores representam a maior parte do PIB municipal. Tudo isso agregou novas relações econômicas, novas espacialidades e conseqüentemente, relações políticas diferentes.

Já na década de 50, com a notícia da construção da nova Capital Federal, houve uma grande reconfiguração no espaço da cidade. Pode-se dizer que Luziânia foi a cidade mais atingida por essa transferência, não apenas pelas mudanças no seu território, causada tanto pela ocupação do Distrito Federal, quanto pelas diversas emancipações - Padre Bernardo em 1963, Santo Antônio do Descoberto em 1982, Ocidental em 1993, Novo Gama e Valparaíso de Goiás em 1995 - mas também pelos novos aspectos sociais, culturais e espaciais que surgiram.

Cassiana Tormim (2002) em “Um lugar e suas raízes: o pensamento político em Luziânia/GO” utilizou matérias publicadas no ano de 1977 no Jornal de Luziânia para demonstrar o quanto Brasília causou impactos em Luziânia, e como os políticos viam essas mudanças, pois o jornal era produzido por pessoas ligadas à prefeitura.

*O jornal de Luziânia, que em 1977 dedicou uma edição especial a um diagnóstico dos problemas do município à época, estando em destaque a explosão demográfica e a expansão dos loteamentos. O texto da primeira página é densamente apelativo, exalta a responsabilidade da capital federal nos problemas recentes de Luziânia, apontando Brasília como uma ameaça aos „valores locais: „Luziânia está ameaçada por uma catástrofe, que se aproxima célere e perigosa: o crescimento acelerado e descontrolado de Brasília fará com que, em pouco tempo, as cidades próximas se incorporem ao que se chamará de „Grande Brasília“, uma monstruosa região metropolitana. Isso já aconteceu em São Paulo, no Rio, em Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e, quando as pequenas e tranquilas cidades que cercavam a capital abriam os olhos, estavam irremedialmente devoradas. Tinham perdido tudo, sua autonomia, sua sociedade – em que todos se conheciam e viviam em família, seus valores tradicionais. [...] Já que não é possível conter o êxodo para o Planalto Central – e até de São Paulo vem gente pra cá – que Luziânia assuma seu papel e diga um „Basta!“, à sua transformação, de cidade histórica e tradicional, em subúrbio atrofiado e esquecido da capital federal. (Jornal de Luziânia, ano I, nº 8, p.1; apud.: TORMIN, 2002, p. 48).*

Os sulistas que vieram para Luziânia nas décadas de 1980 e 1990 e compraram grandes quantidades de terras para produção agrícola, tornaram-se a nova elite econômica, e as famílias tradicionais foram adaptando-se a esta nova ambiência social, aproximando-se desse setor. Tormin (2002) em sua pesquisa comprova que as famílias tradicionais fizeram com que esta

nova elite econômica se tornasse parte de sua clientela e não comprometessem as suas permanências a frente do poder político local.

*Atualmente os sulistas frequentam as mesmas festas que a elite e encontram-se perfeitamente integrados à convivência dos tradicionais. Em termos políticos, nota-se o entrosamento entre os dois grupos, como se comprova nas entrevistas [...] em que os sulistas admitem o apoio financeiro a alguns políticos locais. Os sulistas, por sua vez, recebem em troca apoio tributário e infraestrutural. (TORMIN, 2002, p. 52)*

Como abordado anteriormente, todas essas mudanças que ocorreram a partir da década de 1960 acabaram por completo com o coronelismo tradicional e com o tradicionalismo a que a elite estava acostumada. As relações políticas se transformaram junto com as práticas políticas de dominação, por isso além de demonstrar as diferenças e semelhanças entre os antigos e os novos donos do poder político do município é importante também, mostrar as diferenças entre as práticas de clientela utilizadas antes e atualmente por estes políticos, pois muitos consideram a existência de um único clientelismo e através disso alguns acabam considerando que ainda existe um coronelismo tradicional, pelo fato da permanência dessa prática.

### **5.1. Diferenças entre o clientelismo tradicional e o moderno**

Foi levantado antes que a participação do poder majoritário nas operações do poder minoritário só iria ocorrer com a verdadeira representação nacional através de eleições livres, sem o controle das classes dirigentes, e essa é uma condição difícil de ser cumprida num país como o Brasil, onde a população se ausenta do interesse pela organização pública, mesmo quem vota não conhece a máquina governamental e administrativa, e quando vota leva em consideração o interesse próprio ou acaba se vendendo.

Essa prática clientelista é muito comum em Luziânia. Este termo utilizado na sociologia política é oriundo das clientelas de sociedades tradicionais, principalmente a romana. Na seara de Bobbio (2000), a clientela romana entendia-se como uma relação entre um indivíduo de posição elevada (*patronus*) e indivíduos como escravos libertos ou estrangeiros imigrados (*status libertais*). O *patronus* protegia seus clientes e destinava as suas próprias terras para cultivo, enquanto os escravos e estrangeiros retribuía, mostrando submissão e o auxiliando.

O clientelismo é um fenômeno comum em outras sociedades tradicionais e é muito estudado por antropólogos, mas ele não é exclusivo dessa área, pois é fácil encontrar um uso deste conceito na ciência política. Esse uso é encontrado principalmente na modernização política, na transição do tradicional para o moderno. Na sociedade pré-moderna, os sistemas de clientelismo formavam microssistemas autônomos e sobrevivem como tais, apresentando-se como alternativas do sistema político estadual. No sistema político moderno, estes sistemas de clientela se integram numa posição subordinada ao sistema político.

No sistema político pré-moderno <sup>4</sup>, o clientelismo ocorria com um notável (senhores fundiários) que detinha de privilégios políticos, ele serve de elemento de ligação entre o poder e a sociedade civil e seus clientes, a quem dispensava proteção e ajuda em troca do consenso eleitoral. Já no sistema político moderno surge outro estilo de Clientelismo, mas que não exclui totalmente o clientelismo antigo, o modelo moderno compromete colocar os políticos de profissão acima dos cidadãos, estes oferecem em troca da legitimação e apoio, acesso a cargos e empregos públicos, financiamentos, autorizações etc. Os políticos atuais, que são chamados por Carvalho (2001) de “novos coronéis”, não têm mais seus poderes baseados na posse de terra e no controle da população rural.

*Os novos coronéis mantêm apenas do antigo coronel a arrogância e a prepotência no trato com os adversários, a inadaptação às regras da convivência democrática, a convicção de estar acima da lei, a incapacidade de distinguir o público do privado sempre a favor desse último, o uso do poder seja simbólico, material ou da força, para conseguir empregos, contratos, financiamentos, subsídios e outros favores para enriquecimento próprio e da parentela. [...] para conseguir tudo isso, conta hoje, como contava ontem, com a convivência dos governos estadual e federal, [...] o novo coronel é parte de um sistema clientelístico nacional. (CARVALHO, 2001, p.5)*

## 6. INFLUÊNCIAS DO CORONELISMO NA POLÍTICA ATUAL

Mesmo após tantas transformações provocadas pela construção de Brasília, as quatro famílias da análise da pesquisa ainda se fazem presentes no cenário político, não apenas no município, mas em todo o Estado. Essa presença é intrigante e abre uma grande quantidade de questões a serem compreendidas. Um dos pontos principais dessa pesquisa é compreender se o coronelismo tradicional da primeira República, ainda influencia na política atual do município de Luziânia.

Para isso seguem alguns números nas tabelas abaixo.

**Tabela 1- Quantidade de membros das famílias tradicionais nas primeiras legislaturas da Câmara Municipal**

Legislaturas	1 <sup>a</sup> 1947	2 <sup>a</sup> 1951	3 <sup>a</sup> 1955	4 <sup>a</sup> 1959	5 <sup>a</sup> 1963
Vereadores e suplentes	7	9	8	15	17
Membros das famílias tradicionais	5	7	4	6	6
Reeleições		3	3	3	7

**Tabela 2- Quantidade de membros das famílias tradicionais nas últimas legislaturas da Câmara Municipal**

Legislaturas	13 <sup>a</sup> 1997	14 <sup>a</sup> 2001	15 <sup>a</sup> 2005	16 <sup>a</sup> 2009	17 <sup>a</sup> 2013
Vereadores e Suplentes	19	21	19	14	19

<sup>4</sup> A partir de Weber (1991) o sistema político moderno caracteriza-se pelo aprofundamento e fortalecimento de uma estrutura racional, burocrática e impessoal, sua dinâmica tenderia a uma jaula de ferro onde os sujeitos estariam condicionados pelo sistema burocrático-legal. Distintamente, o sistema político pré-moderno caracteriza-se por uma frágil estrutura racional, mesmo que, de acordo com a conveniência, manteria as amarras burocráticas. Neste os laços pessoais são muito mais presentes e fortes, característica fundamental do clientelismo.

Membros das famílias tradicionais	8	5	5	4	7
Reeleições	6	4	7	6	5

Analisando os nomes das pessoas que ocuparam os cargos políticos na cidade (Tabelas 1 e 2), é possível provar que existe uma herança do coronelismo tradicional à política atual, pelo fato de que, mesmo com o grande crescimento do contingente populacional provocado pela construção de Brasília e mudanças em várias esferas sociais, como na cultural (presença das festas nordestinas) e na esfera econômica (sulistas são hoje a elite econômica da cidade), há uma permanência do poder político nas mãos das famílias tradicionais.

As tabelas mostram a quantidade de membros das quatro famílias tradicionais pesquisadas nas cinco primeiras legislaturas da Câmara Municipal de Vereadores e nas cinco últimas, contando com a atual. Percebemos que em todas as legislaturas sempre teve uma quantidade significativa de membros dessas famílias, nas três primeiras foram mais da metade dos vereadores eleitos e nas últimas, mesmo com o grande crescimento populacional e transformações pelas quais o município passou, os membros das famílias tradicionais estão entre 20% e 35% do total de vereadores eleitos.

O livro “Genealogias de Santa Luzia” do historiador local Gelmires Reis (1929) ajuda a comprovar que o poder político da cidade continua nas mãos de uma minoria. Ele organiza a genealogia de todas as famílias tradicionais da cidade entre o período aproximado de 1800 e 1929. Com este livro e com uma pequena entrevista a moradores mais antigos de Luziânia, foi possível construir uma pequena parte da árvore genealógica da família Roriz e nela é possível observar que o grande Joaquim Roriz, o seu primo-irmão Orlando Roriz, o atual prefeito da cidade e o atual Presidente da Câmara Municipal são todos da mesma linhagem familiar, que teve origem com o casamento entre um Roriz e uma Meireles.

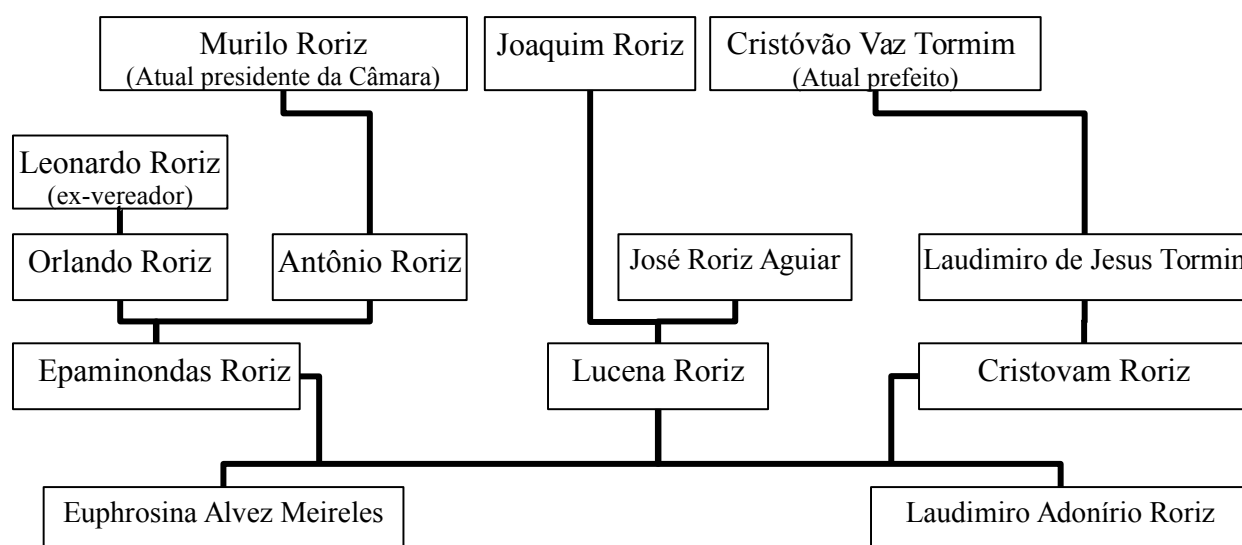


Figura 4 – Árvore genealógica da família Roriz

Nessa árvore genealógica é possível perceber muitas características que eram comuns às elites e que de certa forma algumas delas ainda se fazem presentes. Além da junção de duas famílias poderosas para concentrar ainda mais o poder econômico nas mãos de uma minoria, que ocorreu com o casamento entre um Roriz e uma Meireles, há também outra característica das elites que é o forte patriarcalismo, pelo fato de que na maioria das vezes é herdado apenas o sobrenome do pai, demonstrando o papel secundário que a mulher foi colocada e a necessidade de manter e fortificar o sobrenome da família do homem e assim manter o seu *status*. Neste período também era muito comum o casamento entre primos para manter esse poder e o *status* familiar, como ocorreu com um outro filho de Euphrosina Alvez Meireles e Laudimiro Adonário Roriz: “Djalma Roriz, filho de Laudimiro Adonário Roriz e d. Euphrosina Alvez Meireles, casou-se com d. Maria Rosa Roriz” (Reis, 1929, p.76)

Leal (1973) apontou que, além do poder econômico e político, os coronéis e suas famílias detinham também o que ele chamou de poder intelectual. Na primeira parte do artigo, foi abordada a questão da maioria dos autores regionais, não por coincidência, fizeram parte das famílias tradicionais de Luziânia e que por esse motivo é importante destacar a tendência desses documentos em valorizar essas famílias e principalmente reforçar a distinção social. Além do historiador local José Dilermando Meireles que foi citado anteriormente, Cassiana Tormin (2002) cita a escritora e historiadora Terezinha de Jesus Roriz Machado para comprovar o quanto esse poder intelectual influencia nessa distinção social.

*A historiadora e escritora Terezinha de Jesus Roriz Machado, inclui em suas narrativas históricas a atuação do Pe. Bernardo Stockler, carregada de muitos elogios. Personagem considerado importante para a cidade, o padre chegou em Luziânia na década de 1940 e encontrava-se sempre acompanhado “pelo seu dedicado amigo José da Costa Aguiar (...) para melhor situar no tempo quem era José da Costa Aguiar, grande merecedor de nosso respeito e gratidão, diremos tratar-se do virtuoso cidadão já falecido, pai extremoso do senhor Ramiro Aguiar, ilustre luziano, [...] e avô, pelo lado materno do Dr. Joaquim Domingos Roriz, insigne filho de Luziânia e digníssimo primeiro governador eleito por Brasília. (RORIZ, 1996, p. 84; apud. TORMIN, 2002, pgs. 54 e 55).*

É possível dizer que o prestígio destes sobrenomes no cenário político é a grande herança deixada dos grandes coronéis aos políticos atuais de Luziânia, porém é este prestígio construído por essas famílias no imaginário popular através da exaltação da suas histórias na cidade e também pela ideia de que Luziânia deve manter sempre o seu tradicionalismo político e religioso que fazem com que elas continem presentes na política local.

Outro fator que pode contribuir para esta permanência é a falta de identidade da nova população com a cidade (segundo dados do IBGE a população de Luziânia entre 1950 e 1980 cresceu 42 vezes), porém, para compreender isso, seria necessária uma pesquisa muito mais ampla, buscando compreender o pensamento da população, tanto a população imigrante, aquela que trabalha em Brasília e que faz de Luziânia uma cidade-dormitório, tanto a população mais tradicional, com enraizamento na cultura e política da cidade, aquela que defende com unhas e dentes o tradicionalismo dessa cidade. Seria necessário também, entender conceitos como de identidade e relações sociais.

Atualmente os políticos não fazem mais parte da elite econômica do município tal como

os coronéis, que utilizavam esse poder econômico como arma de dominação política, hoje a prática clientelista moderna é a única forma de dominação política e esta existe pelo fato de que os políticos, não apenas os de Luziânia, mas de grande parte do Brasil, continuaram com a convicção de que estão acima da lei e com o uso do poder, seja simbólico ou material, (em Luziânia o sobrenome muitas vezes já garante esse poder simbólico), para assim conseguirem empregos, contratos, financiamentos, subsídios e outros favores para enriquecimento próprio, da parentela e da sua clientela, que continuará elegendo e mantendo estas famílias no cenário político local.

## REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os barões da federação**. Os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec, 2002.
- AVELINO FILHO, George. Clientelismo e política no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n.38, p.225-240, mar.1994.
- BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem do Planalto Central: eco-história do DF do indígena ao colonizador**. Brasília: Editora da UNB, 2011.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. ed. 5ª - Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. 2. ed. Goiânia: Editora Vieira, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. **Metamorfose do Coronel**. *Política Democrática. Revista de Política e Cultura*, ano 1, n.o 1, jan.-abr. 2001, pp. 15-21.
- CASTRO, Cláudio de Moura. **Como redigir e apresentar um trabalho científico**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1975.
- LE GOFF, Jacques “História e Memória”; Tradução: Bernardo Leitão... [et al.]. – 5ª Ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- MEIRELES, José Dilermando e PIMENTEL, Antônio. Prefácio. In **História do Planalto Coletânea da Academia de Letras e Artes do Planalto**. Luziânia (s.n.), 1996
- MEIRELES, José Dilermando. Do Arraial de Santa Luzia a Luziânia de hoje. In **História do Planalto – Coletânea da Academia de Letras e Artes do Planalto**. Luziânia (s.n.), 1996

- 
- PALACIN, Luiz. 7ed Revisada, Editora UCG, 2008, **Historia de Goiás.**
- QUEIROZ, Jader Braz de. **A história das famílias Espírito Santo Cerqueira e Braz de Queiroz.** Brasília: Edição do autor, 2006.
- REIS, Gelmires. **Almanach de Santa Luzia para 1920.** Luziânia; Typographia d'O Planalto, 1920
- REIS, Gelmires. **Efemérides Goianas.** Secretaria de educação e Cultura de Goiás.
- SAES, Decio. **Coronelismo e Estado Burguês: elementos para uma reinterpretação.** In: Estado e Democracia: Ensaio teóricos. Coleção Trajetória 1. 2.ed. Campinas: Unicamp, IFCH, 1998. Cap. 3.
- GOIÁS. SEGPLAN. **Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos.** Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. 2010.
- TORMIN, Cassiana. **Um lugar e suas raízes: o pensamento político em Luziânia/GO.** Brasília: UnB, 2002.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Brasília: UnB, 1991.